



Boletim eletrônico trimestral sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos dados da - Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE -

Elaboração: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e Fundação IBGE.

Apoio: Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

Divulgação: Dezembro/2005

1. Introdução

Nos últimos anos as pesquisas estruturais têm mostrado uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Este fenômeno tem sido explicado, de um lado, pela esfera social que aponta mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres na sociedade, e de outro, do ponto de vista mais econômico, que ressalta o crescimento da participação do rendimento das mulheres e cônjuges no rendimento familiar. Com efeito, cada vez mais as mulheres têm sido responsáveis pelo sustento da família, além das tradicionais atividades domésticas de cuidado da casa e da família. Apesar das mulheres terem um papel fundamental no processo de reprodução social, mas é no mercado de trabalho que o trabalho das mulheres têm valor econômico. Neste sentido, a entrada das mulheres no mercado de trabalho tem sido um importante aspecto para avaliação do desenvolvimento socioeconômico em termos de autonomia e *empowerment*.

No entanto, a inserção da população no mercado de trabalho têm ocorrido de forma diferenciada e desigual entre homens e mulheres e brancos e pretos ou pardos. Apesar da maior escolaridade, as mulheres tendem a se concentrarem em ocupações de baixa remuneração, que



exigem pouco ou nenhuma qualificação, como por exemplo o trabalho doméstico, e, na maioria deles, sem garantias sociais. São as mulheres pretas ou pardas que estão em situação mais precária no mercado de trabalho e com os piores indicadores.

Em geral, essas características e manifestações de desigualdade no mercado de trabalho apontadas pelas pesquisas estruturais são anuais, mas elas podem sofrer flutuações ao longo do período, que podem ser mensuradas em pesquisas com maior periodicidade. E sendo o mercado de trabalho um dos principais mercados que sofrem os reflexos das políticas econômicas adotadas no período e do próprio funcionamento da economia, este tipo análise conjuntural se torna um importante instrumento para a orientação de programas voltados para a promoção do emprego das mulheres.

Com o objetivo de informar a sociedade brasileira sobre a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho metropolitano sob o aspecto conjuntural, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produziu um Boletim Eletrônico trimestral com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Os indicadores calculados se referem à participação da população no mercado de trabalho, população ocupada e desocupação, rendimento, tempo de procura por trabalho e algumas características como proporção de pessoas que não procuram trabalho mas gostariam de trabalhar, proporção de pessoas que gostariam de trabalhar além do número de horas trabalhadas que efetivamente trabalhou, proporção de pessoas que ganham menos de 1 salário mínimo e a frequência em cursos de qualificação.

O acompanhamento desses indicadores, além de auxiliar a elaboração de um diagnóstico sobre a situação de homens e mulheres no mercado de trabalho, permite avaliar aspectos de desigualdades na população, segundo os atributos de sexo, cor, faixa etária, escolaridade e posição na ocupação.

Esta primeira edição do boletim eletrônico é uma análise do mercado de trabalho nos meses de julho, agosto e setembro de 2005 nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os indicadores foram calculados fazendo uma



média para os três meses para o total das 6 regiões metropolitanas e para cada região metropolitana, sendo que os resultados por região metropolitana são apresentados somente para os recortes de sexo e cor.

2. A participação de homens e mulheres no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

A população economicamente ativa das 6 regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro São Paulo e Porto Alegre), representa cerca 31% da população economicamente ativa (PEA) para o total do país. A população ocupada média no período de julho a setembro para as 6 regiões metropolitanas foi de 18,2 milhões de pessoas, onde 56,1% eram homens e 43,9% eram mulheres.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, medida pela taxa de atividade¹, é significativamente menor do que a masculina. Para o total das 6 regiões metropolitanas do país, a taxa média masculina foi de 73,8%, enquanto que a taxa feminina foi de 52,1% (Gráfico 1). São as mulheres brancas que apresentam o menor nível de atividade (51,3%). Segundo a análise regional, a região metropolitana de Recife apresenta o menor nível de atividade feminina (44,7%), sendo ainda menor para as mulheres pretas ou pardas (43,4%) enquanto que o maior nível é observado para a região metropolitana de Salvador (57,7%) (Gráfico 2).

O maior nível de atividade ocorre na faixa etária de 25 a 34 anos de idade, mas é no grupo etário dos jovens (15 a 24 anos de idade) que as taxas entre homens e mulheres são mais próximas. Como as jovens mulheres pertencem a uma geração em que elas estão mais escolarizadas e possuem mães que iniciaram o processo de entrada no mercado de trabalho na década de 80. Com efeito, essa proximidade das taxas de atividade entre os jovens refletem mudanças nos padrões de inserção no mercado de trabalho e cada vez mais cedo elas buscam entrar no mercado de trabalho.

¹ Taxa de atividade é a proporção da população em idade ativa (15 anos ou mais de idade) que participa do mercado de trabalho nas condições de ocupada e desocupada (PEA).



À medida que avança a escolaridade, a participação no mercado de trabalho é maior e pouco diferenciada entre homens e mulheres e segundo a cor. Para as mulheres com nível superior (12 anos ou mais de estudo) a taxa de atividade atinge o maior nível de 75,5% (Gráfico 3). Neste contexto, dois pontos são importantes de analisar: um se refere à distância entre os níveis de atividade das mulheres com fundamental incompleto (37,5%) e superior (seja completo ou incompleto), bem como é expressiva a distância deste último grupo em relação à população com o nível fundamental completo (64,8%). Outro aspecto importante é que para os homens a participação no mercado de trabalho pode ser distinguida entre dois grupos: aqueles que possuem o nível fundamental (completo ou incompleto) e médio incompleto e o grupo com o nível médio completo ou superior, cujas taxas são próximas; enquanto que para as mulheres, em cada nível de escolaridade, as taxas são bem diferenciadas.

Uma possível explicação para a elevada atividade das mulheres de nível superior pode estar relacionada com a escolaridade e exercício da profissão² e o rendimento mais elevado auferido; desta maneira, para algumas mulheres, o trabalho doméstico pode ser atribuído à 'terceiros', liberando-as para as atividades no mercado de trabalho.

As mulheres pretas ou pardas apresentam uma taxa de atividade por nível de escolaridade significativamente superior à taxa das mulheres brancas. Porém, ao associar esta informação com outros indicadores como a posição na ocupação e o rendimento médio, por exemplo, é possível diagnosticar que há uma forte relação entre 'necessidade econômica' com essa maior inserção entre as pretas ou pardas.

Na análise por região metropolitana verificou-se que as mulheres de nível superior na região metropolitana de São Paulo têm o maior nível de atividade (86,5%) (Gráfico 5). Enquanto que a grupo de menor nível de instrução (fundamental incompleto), as taxas mais elevadas estão em São Paulo e Porto Alegre, que são praticamente iguais (45,2% e 45,3, respectivamente) (Gráfico 4). Mas é neste nível de escolaridade que,

² O trabalho de Melo, Hildete P. et al. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Revista Gênero, vol.1 2004 aponta para o crescimento da participação feminina engajadas em atividades científicas. Os autores também ressaltam que a maior taxa de atividade no nível superior é mais elevada seja porque o mercado de trabalho valoriza mais o diploma universitário ou porque a remuneração é mais elevada, recompensando a saída do ambiente doméstico.



mesmo entre as mulheres, os diferenciais de atividade por cor são bastante distintos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro o diferencial entre o nível de atividade das mulheres pretas ou pardas em relação às mulheres brancas atinge o maior patamar (12,4 pontos percentuais).

A distribuição do emprego metropolitano está concentrada principalmente nas categorias de empregado com carteira, conta-própria e empregado sem carteira respectivamente. No entanto, ao analisar a distribuição segundo o sexo e cor é possível verificar uma maior concentração das mulheres pretas ou pardas no trabalho doméstico sem carteira, mais que o dobro comparado às mulheres brancas. Na categoria de trabalho informal (empregado sem carteira, conta-própria e trabalho doméstico sem carteira) a proporção de mulheres é de 43,5%, enquanto que para os homens é de 40,3% (Gráfico 6). Cabe ressaltar que são os pretos ou pardos que mais estão na informalidade, independente do sexo, mas o fenômeno é ainda maior entre as mulheres pretas ou pardas (49,2%). Por outro lado, a proporção de mulheres pretas ou pardas no emprego formal (empregados com carteira) é menor em todas as regiões metropolitanas, sendo que os menores níveis estão em Recife, Salvador e Rio de Janeiro (Gráfico 7).

A análise do indicador de distribuição da população por grupamentos de atividade revela uma elevada proporção de mulheres nos serviços domésticos e na administração pública, educação e serviços pessoais, que são atividades consideradas extensões das atividades realizadas no âmbito da família (Gráfico 8). Entre as mulheres ocupadas a proporção delas nos setores de administração pública, educação, saúde e serviços pessoais é de 22,2%, seguido do serviço doméstico que emprega 18,1% das mulheres; enquanto que os setores de comércio e indústria que concentram a maior parcela da mão-de-obra masculina (Gráficos 9 e 10).

A valorização do trabalho da mulher se manifesta na remuneração no mercado de trabalho. Essa concentração de mulheres no setor de serviços, em atividades pouco qualificadas e na informalidade explica em parte a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres porque ao considerar a escolaridade das mulheres e comparação de rendimentos com grupos com os mesmos atributos a desigualdade ainda permanece.



O rendimento médio é o indicador mais utilizado para investigação das desigualdades entre homens e mulheres e brancos e pretos ou pardos no mercado de trabalho. As mulheres recebem cerca 30% menos que o rendimento dos homens, inclusive no grupo de cor/ raça a qual pertencem. O rendimento médio das mulheres pretas ou pardas é de 1,8 salário mínimo, menos da metade do rendimento das mulheres brancas. Cabe ressaltar a elevada proporção de mulheres pretas ou pardas no trabalho doméstico sem carteira (Gráfico 11). Outro indicador importante que revela a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres é a comparação por sexo de pessoas com rendimento inferior a um salário mínimo. A proporção de mulheres com esse nível de rendimento são mais que o dobro da proporção verificada para os homens 45,6% e 19,9%, respectivamente. As regiões metropolitanas de Recife e Salvador apresentam as maiores proporções de mulheres com rendimento inferior a 1 salário mínimo (Gráfico 12).

Na análise regional, se observou que é na região metropolitana de Belo Horizonte que o diferencial de rendimento entre homens e mulheres é maior (as mulheres recebem 63,9% do rendimento médio auferido pelos homens), enquanto que em região metropolitana de Porto Alegre, embora as mulheres ainda recebam menos que os homens, a relação entre o rendimento das mulheres comparado ao dos homens é menor (77,4%). Em média, os menores rendimentos pagos ocorrem na região metropolitana de Recife, onde as mulheres pretas e pardas recebem em média 1,5 salário mínimo que é o menor nível de rendimento observado entre as regiões metropolitanas e demais grupos de pessoas. Contudo, é na região metropolitana de Salvador que se observa o maior diferencial de rendimento entre as mulheres pretas e pardas em relação às mulheres brancas (41,1%). Por outro lado, na região metropolitana de Porto Alegre, onde a população branca é significativamente maior, a desigualdade de rendimentos das mulheres por cor é menor (61,2%) (Gráfico 13).

Outro aspecto importante de investigação da inserção no mercado de trabalho é a questão da desocupação. Apesar da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, elas têm sofrido com maior nível de desocupação, que atinge principalmente as mulheres pretas ou pardas jovens. A taxa de desocupação feminina, que foi de 11,8% - média para o período –contra 7,6% para os homens, é maior em todos os grupos etários. É no grupo de 50 anos ou mais de idade que se observa o nível mais baixo (3,6%) que se deve à estabilidade adquirida ao longo do ciclo profissional (Gráfico 14). A análise do comportamento da taxa de desocupação feminina nas regiões metropolitanas mostrou que o nível



mais baixo observado foi na região metropolitana de Porto Alegre (9,1%), porém para as mulheres de cor branca, o menor nível registrado (7,5%) foi na região metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto que para as mulheres pretas e pardas a menor taxa (10,7%) foi registrada na região metropolitana de Belo Horizonte (Gráfico 15).

A análise da desocupação por grupos de anos de estudo pode ser visualizada como um 'U' invertido, isto é, o mercado de trabalho tem absorvido tanto mão-de-obra com baixa qualificação quanto pessoas mais qualificadas. São entre as pessoas com o nível fundamental completo e médio incompleto que a desocupação tem sido maior. Entre as mulheres pretas ou pardas com esse nível de escolaridade a taxa chega a ser de 20,3%, quase o dobro da taxa masculina (Gráfico 16).

Além de uma taxa de desocupação maior, as mulheres têm levado mais tempo para conseguir um trabalho, elas atingem o nível mais elevado no tempo de procura 1 ano ou mais. Nesta classificação do tempo de procura a distribuição entre homens e mulheres eram de 40,7% e 59,3%, respectivamente. Algumas possíveis explicações para este resultado se devem, de um lado, pela preferência das mulheres por um trabalho mais compatível com sua maior escolaridade ou porque elas estão nas escolas se qualificando mais, como também pela dificuldade de encontrar um trabalho mais flexível às atividades domésticas e familiares (Gráfico 17).

Mesmo entre aquelas que não procuraram trabalho e gostariam de trabalhar a proporção de mulheres é mais elevada que a dos homens. Nas regiões metropolitanas de Recife e de Salvador 23,6% e 22,7% das mulheres não procuraram trabalho e gostariam de trabalhar (Gráfico 18). A presença de filhos pequenos, por exemplo, dificulta a saída das mulheres para a busca por trabalho. Além disso, entre as mulheres ocupadas se observa que 7,5% delas gostariam de trabalhar além do número de horas efetivamente trabalhadas, principalmente na região metropolitana de Salvador, onde essa proporção é quase o dobro (14,0%) (Gráfico 19 e 20). Ainda com relação à desocupação, se verificou que neste período 28,8% das mulheres desocupadas freqüenta ou freqüentou algum curso de qualificação, enquanto que entre os homens essa proporção era de 25,9%. O menor índice de participação em cursos de qualificação entre a população desocupada feminina foi em Recife (19%) e o maior em Belo Horizonte (34,4%) (Gráfico 21).

Gráfico 1

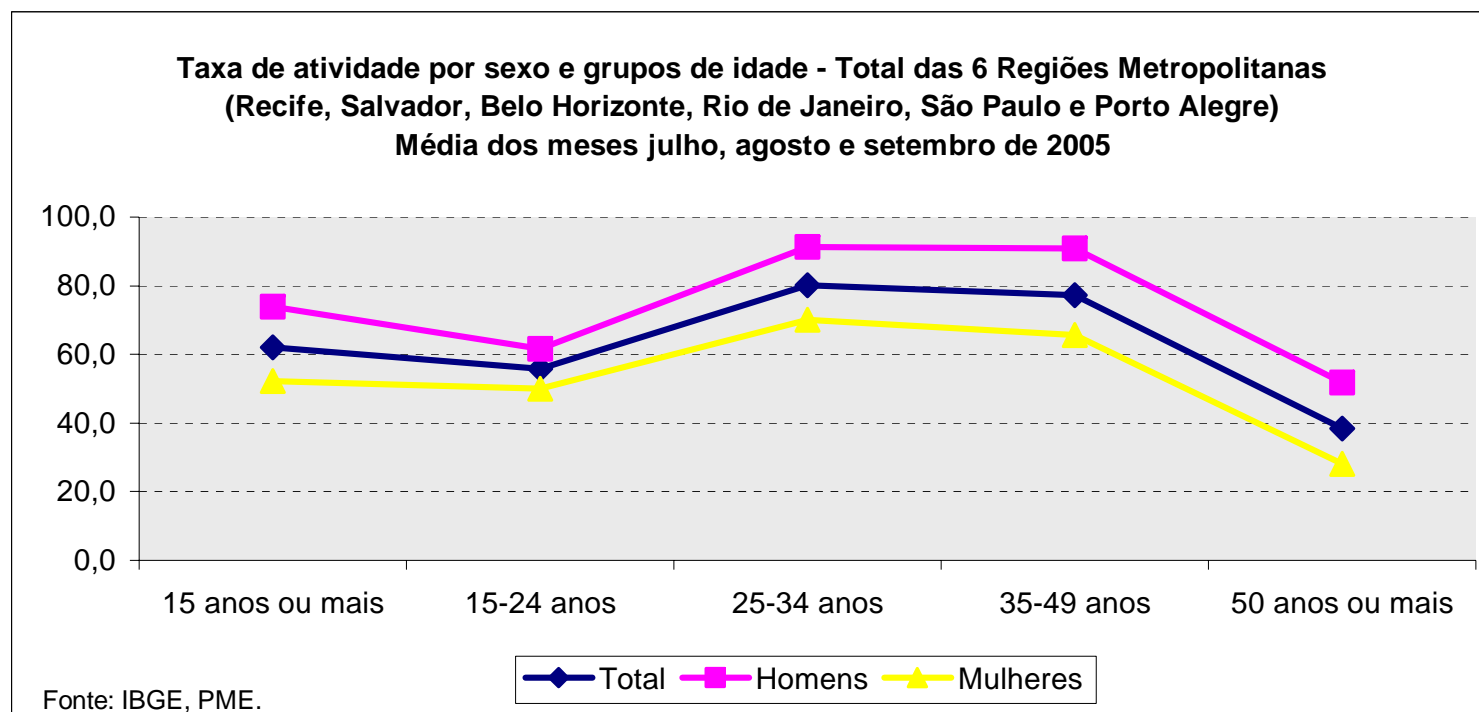


Gráfico 2

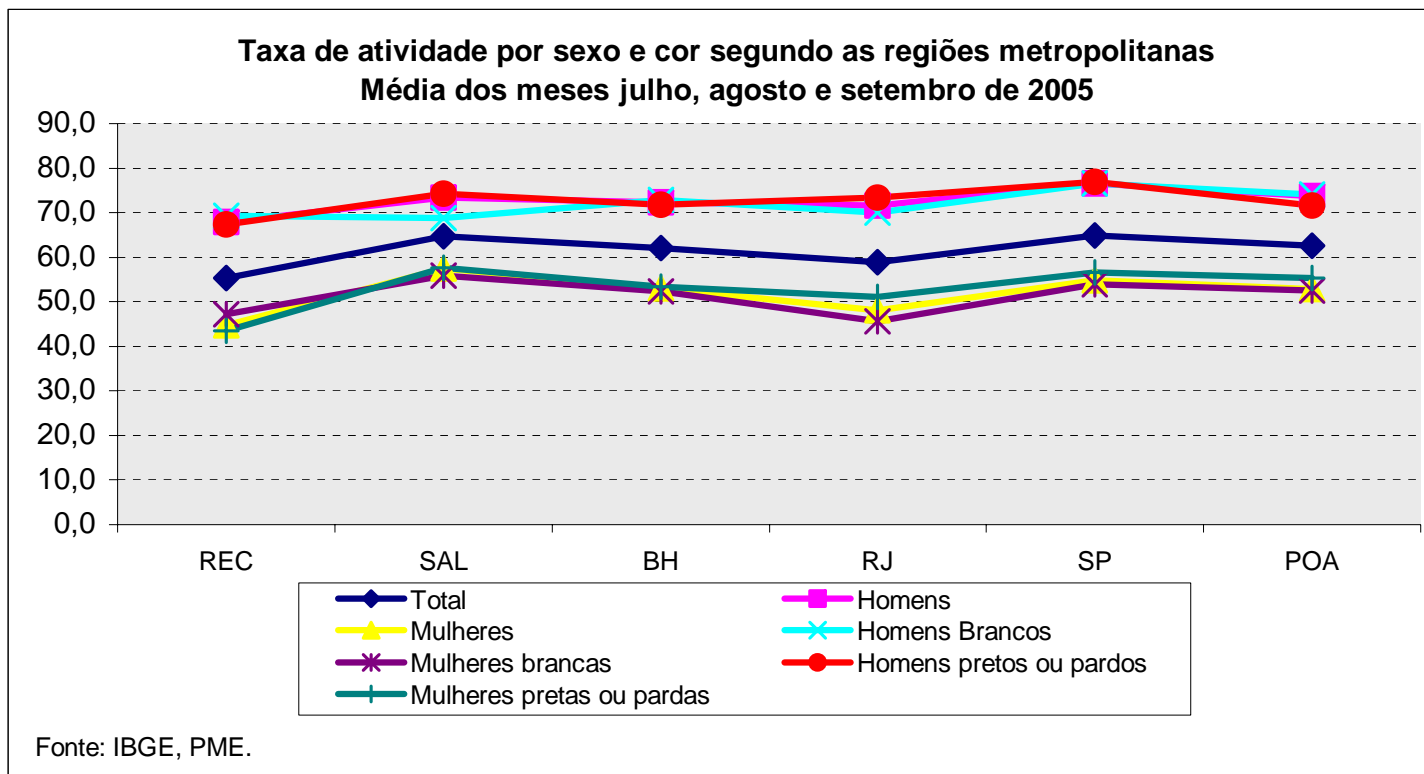


Gráfico 3

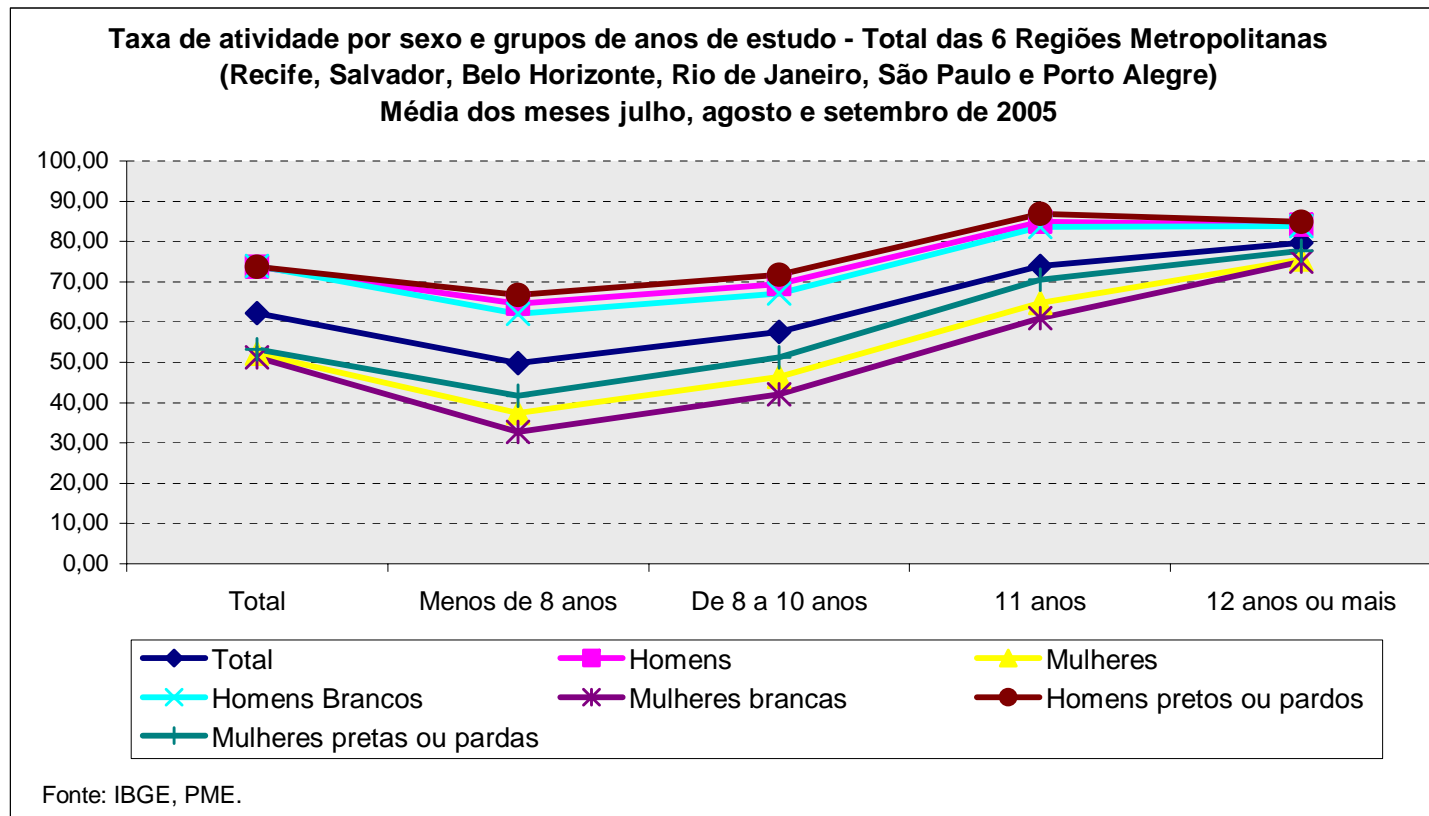


Gráfico 4

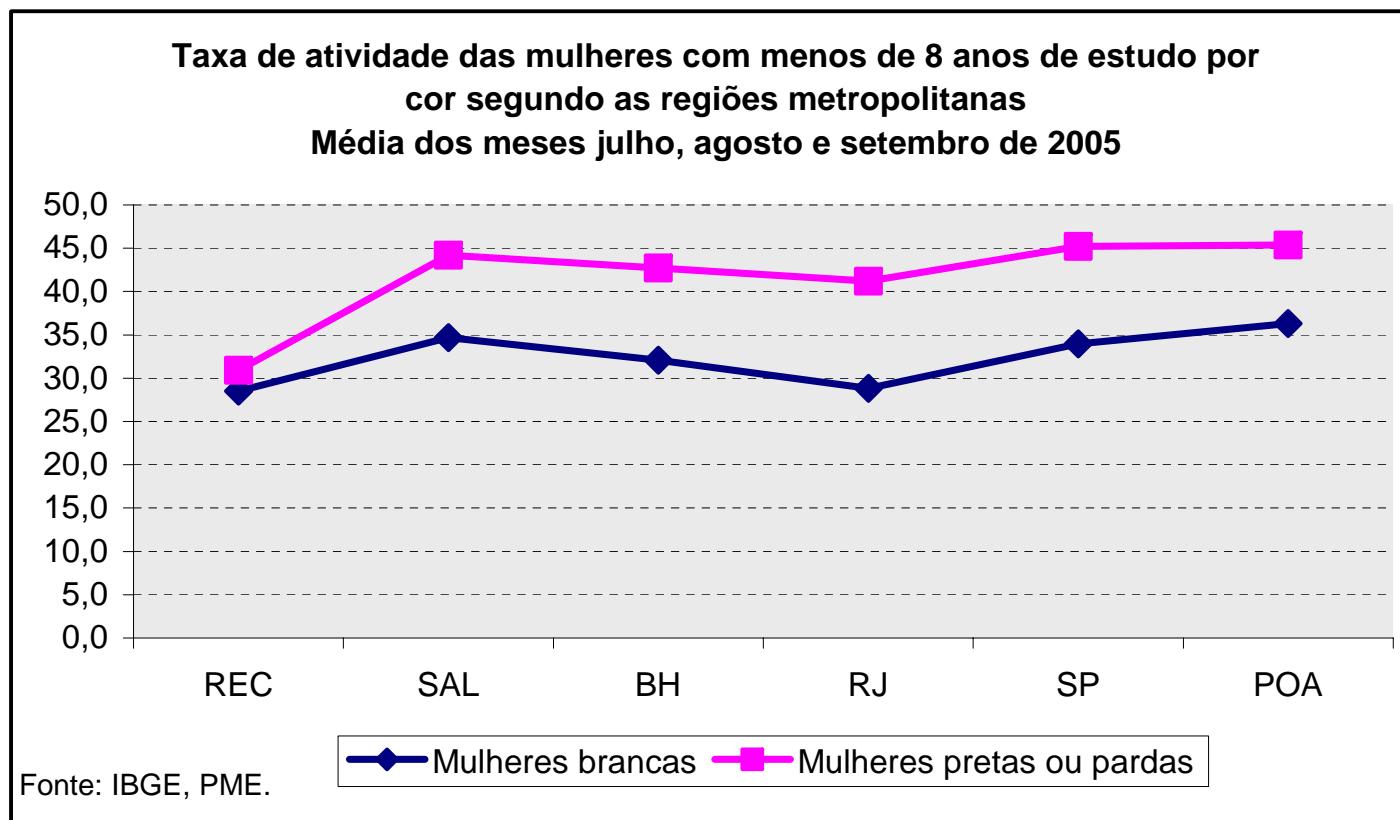


Gráfico 5

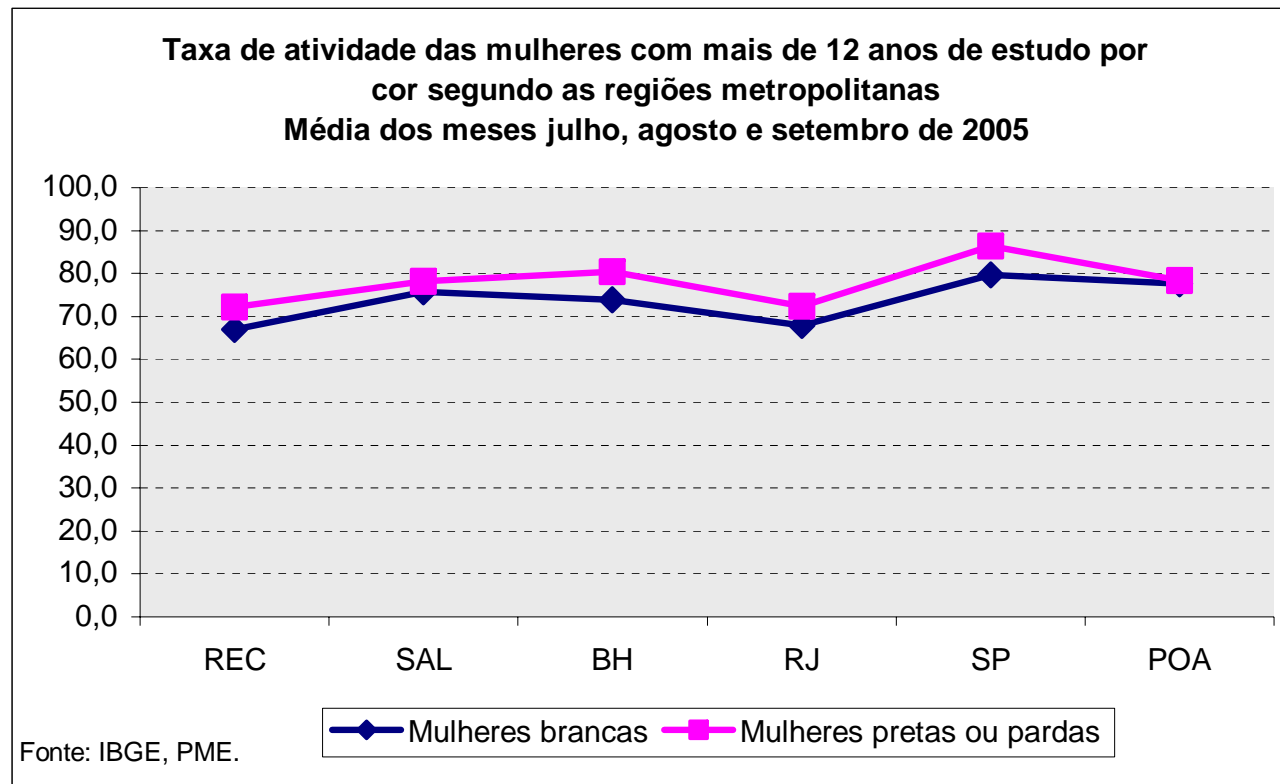


Gráfico 6

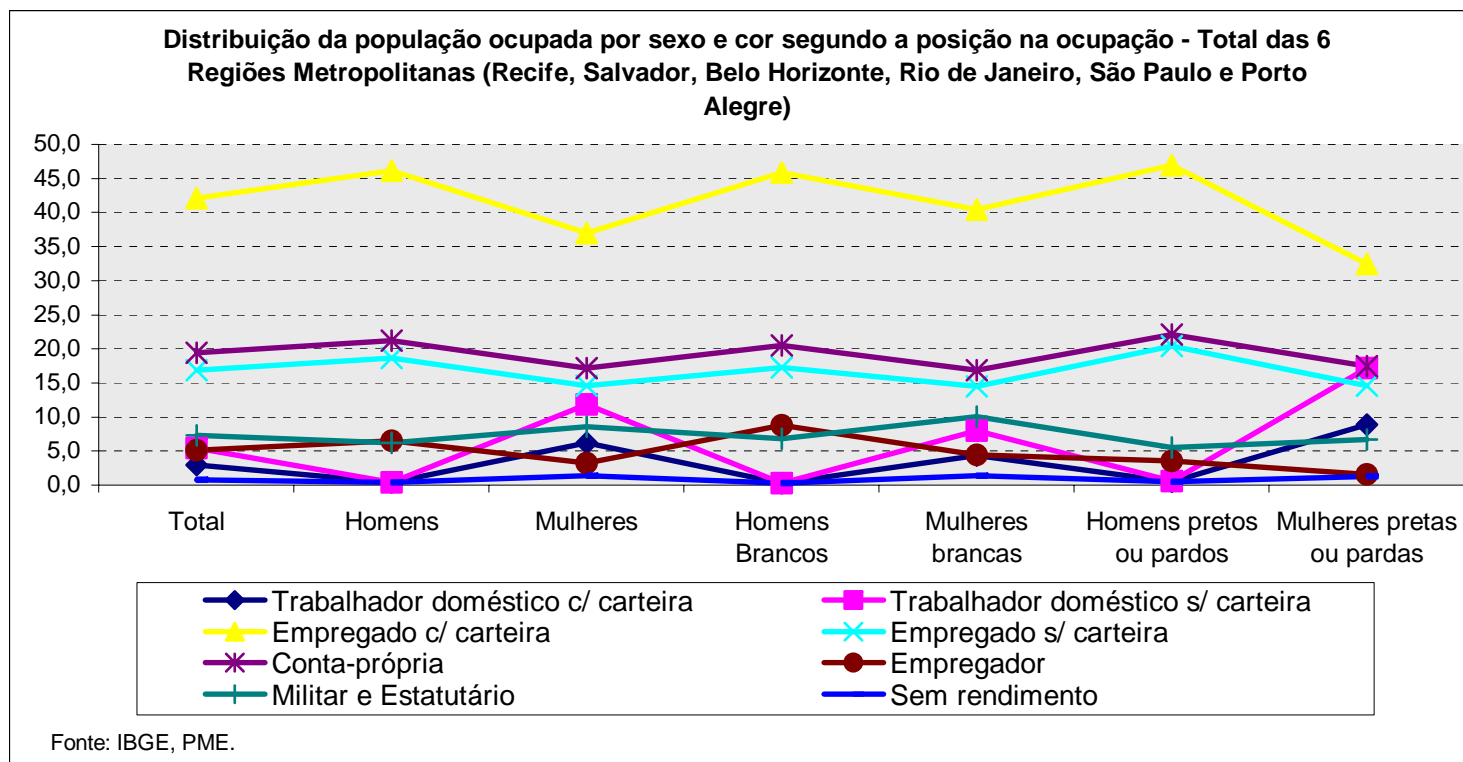


Gráfico 7

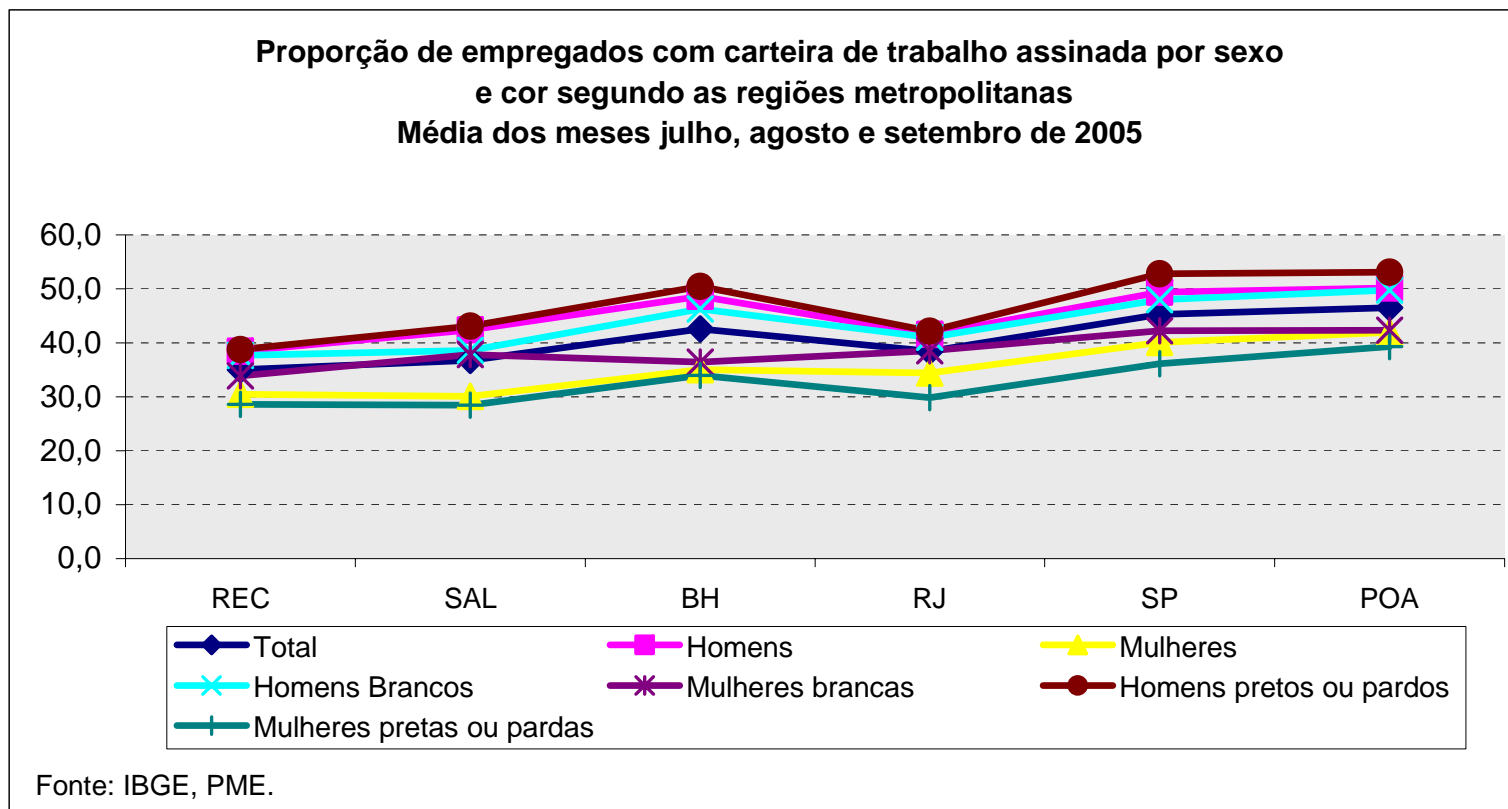


Gráfico 8

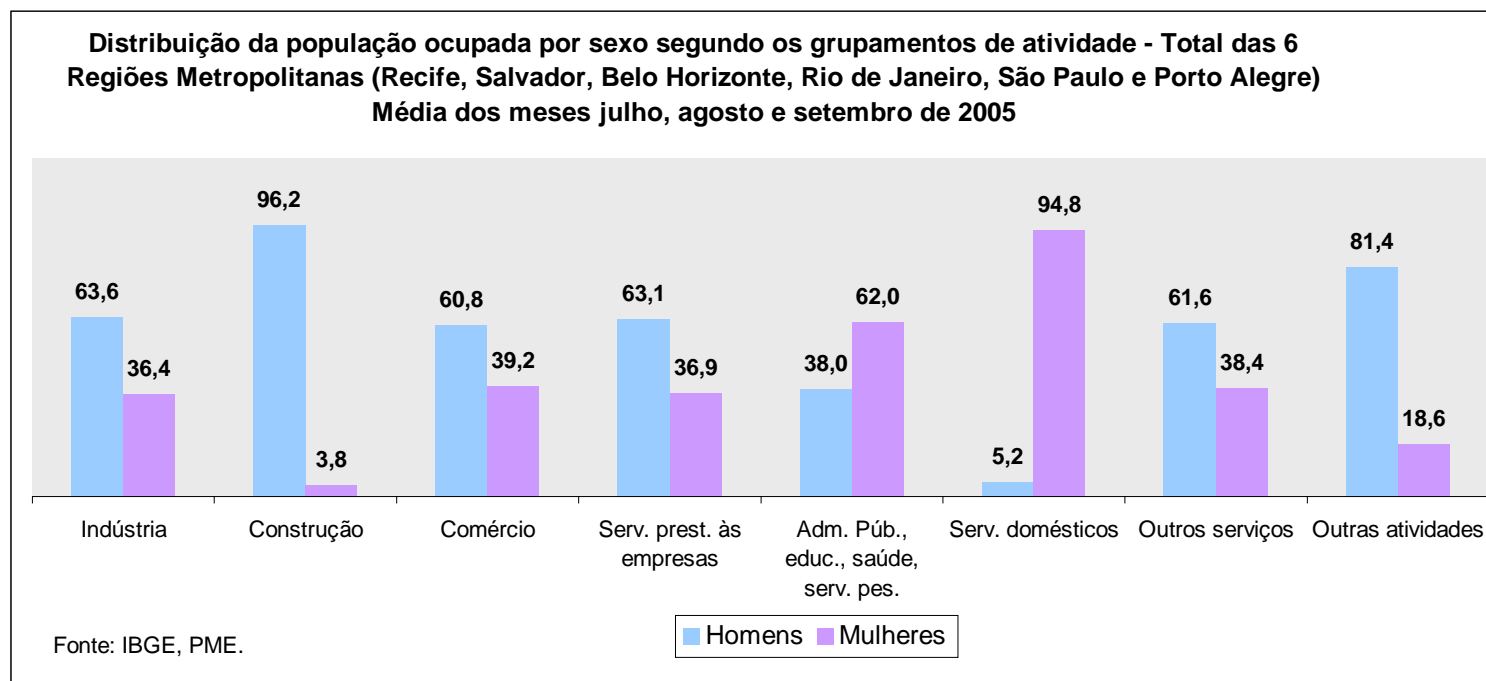
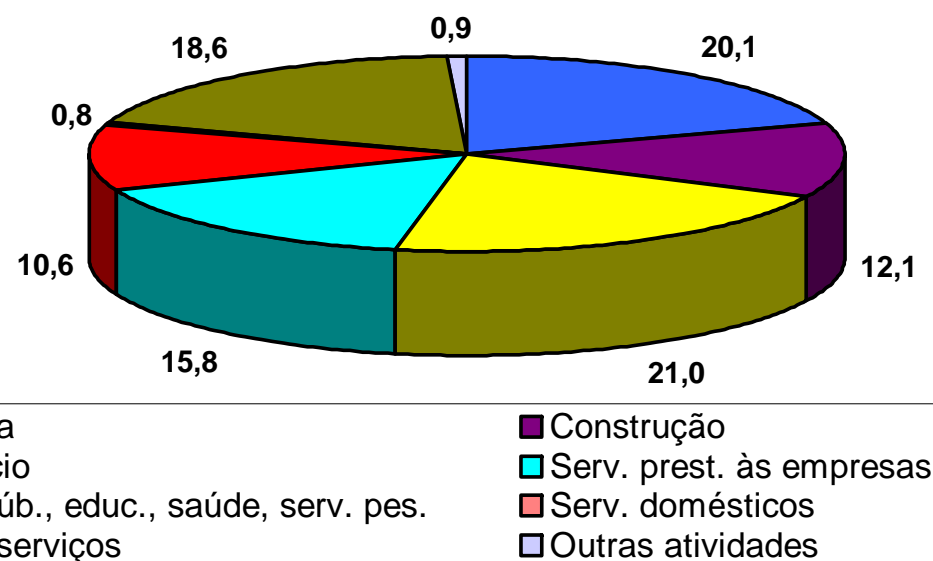


Gráfico 9

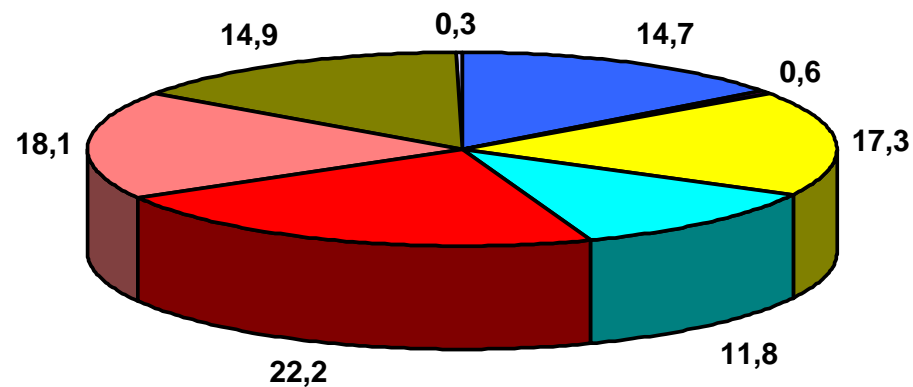
Distribuição do emprego masculino por grupamentos de atividade Media dos meses de julho, agosto e setembro de 2005



Fonte: IBGE, PME.

Gráfico 10

Distribuição do emprego feminino por grupamentos de atividade
Media dos meses de julho, agosto e setembro de 2005



- | | |
|---------------------------------------|----------------------------|
| ■ Indústria | ■ Construção |
| ■ Comércio | ■ Serv. prest. às empresas |
| ■ Adm. Púb., educ., saúde, serv. pes. | ■ Serv. domésticos |
| ■ Outros serviços | ■ Outras atividades |

Fonte: IBGE, PME.

Gráfico 11

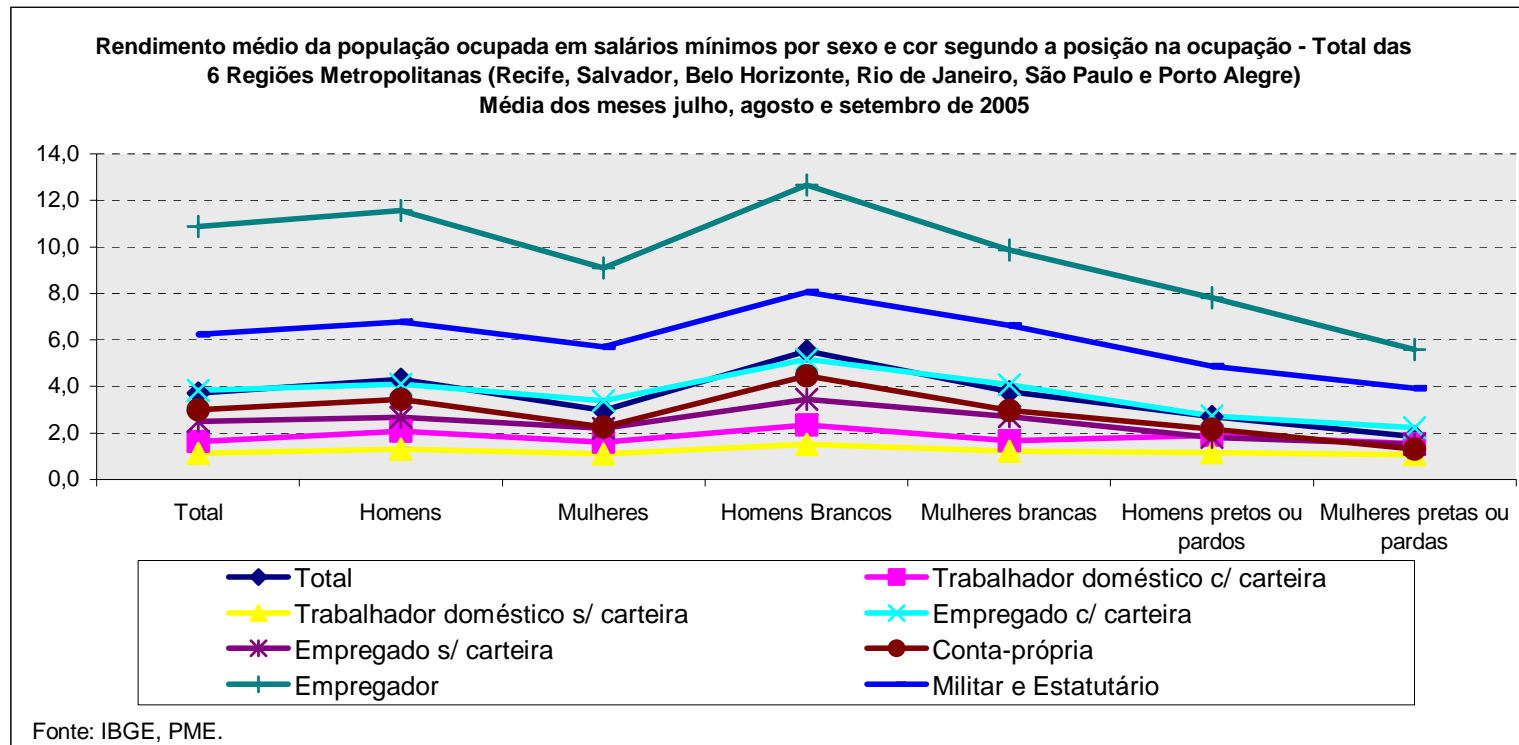


Gráfico 12

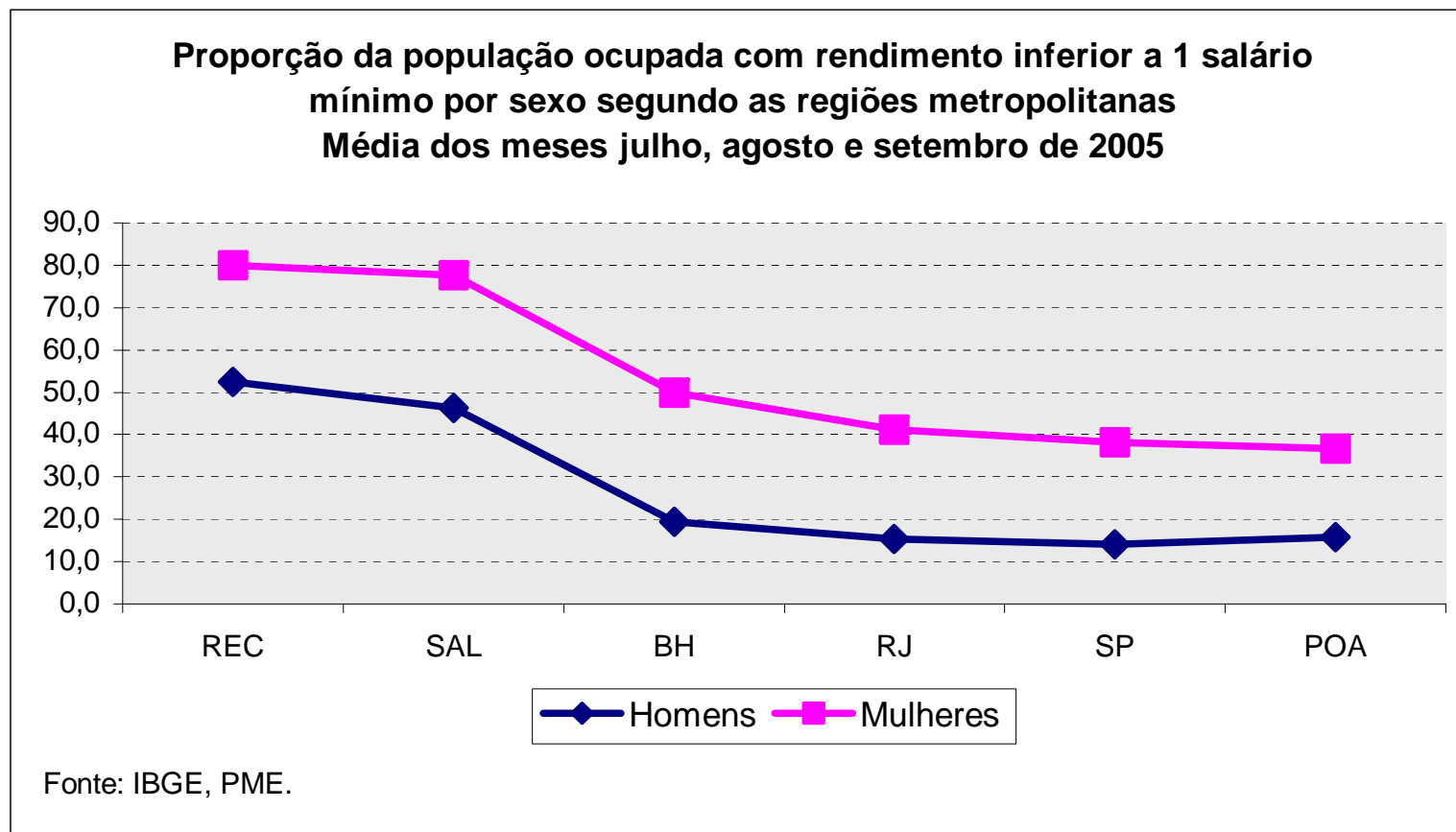


Gráfico 13

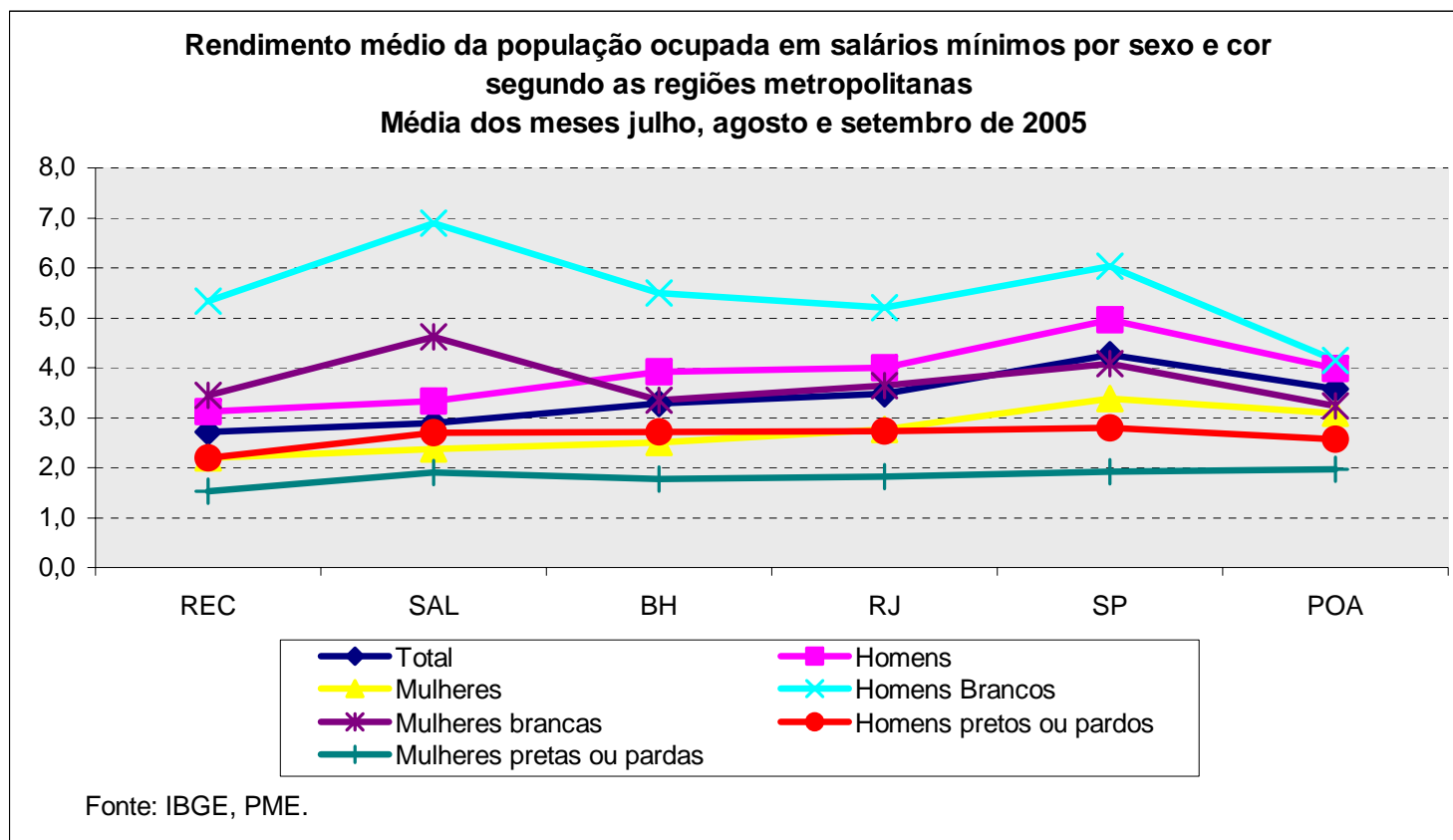


Gráfico 14

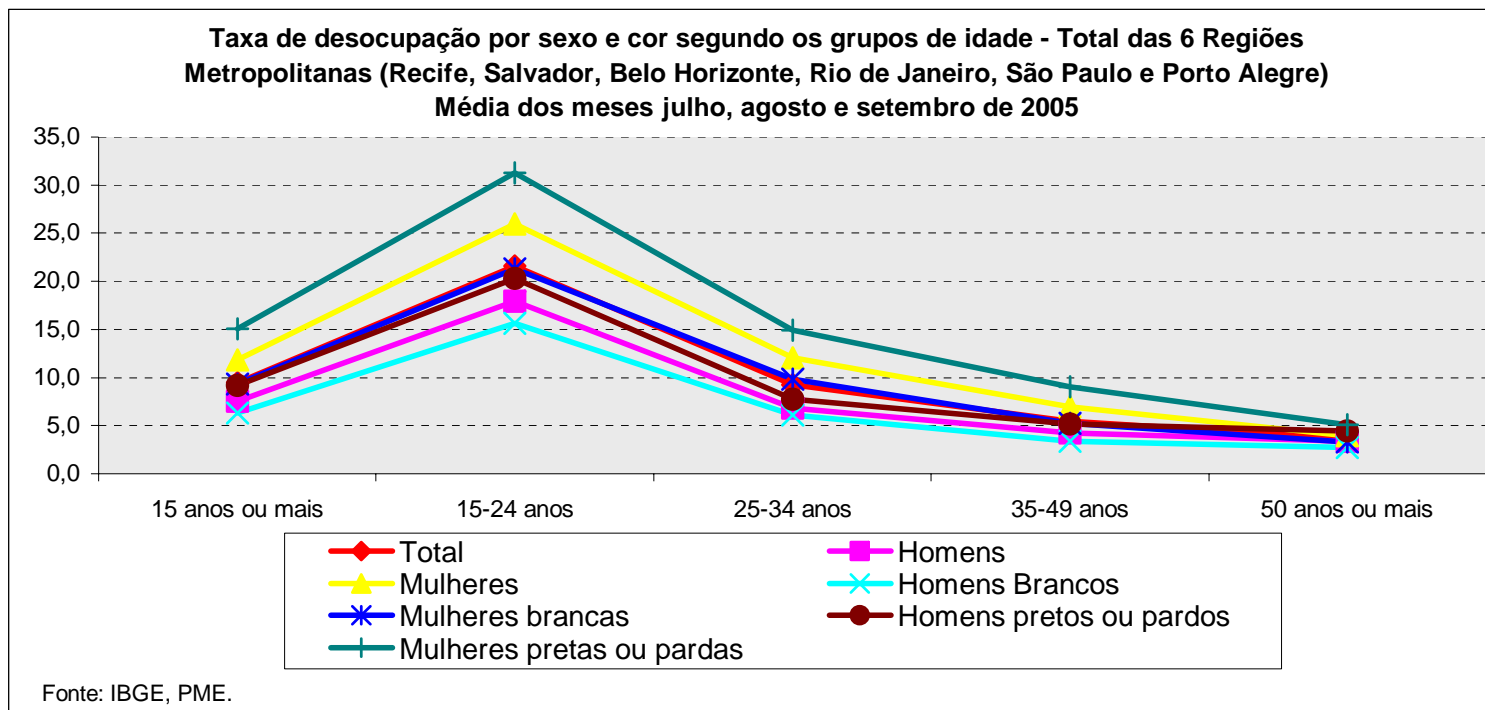


Gráfico 15

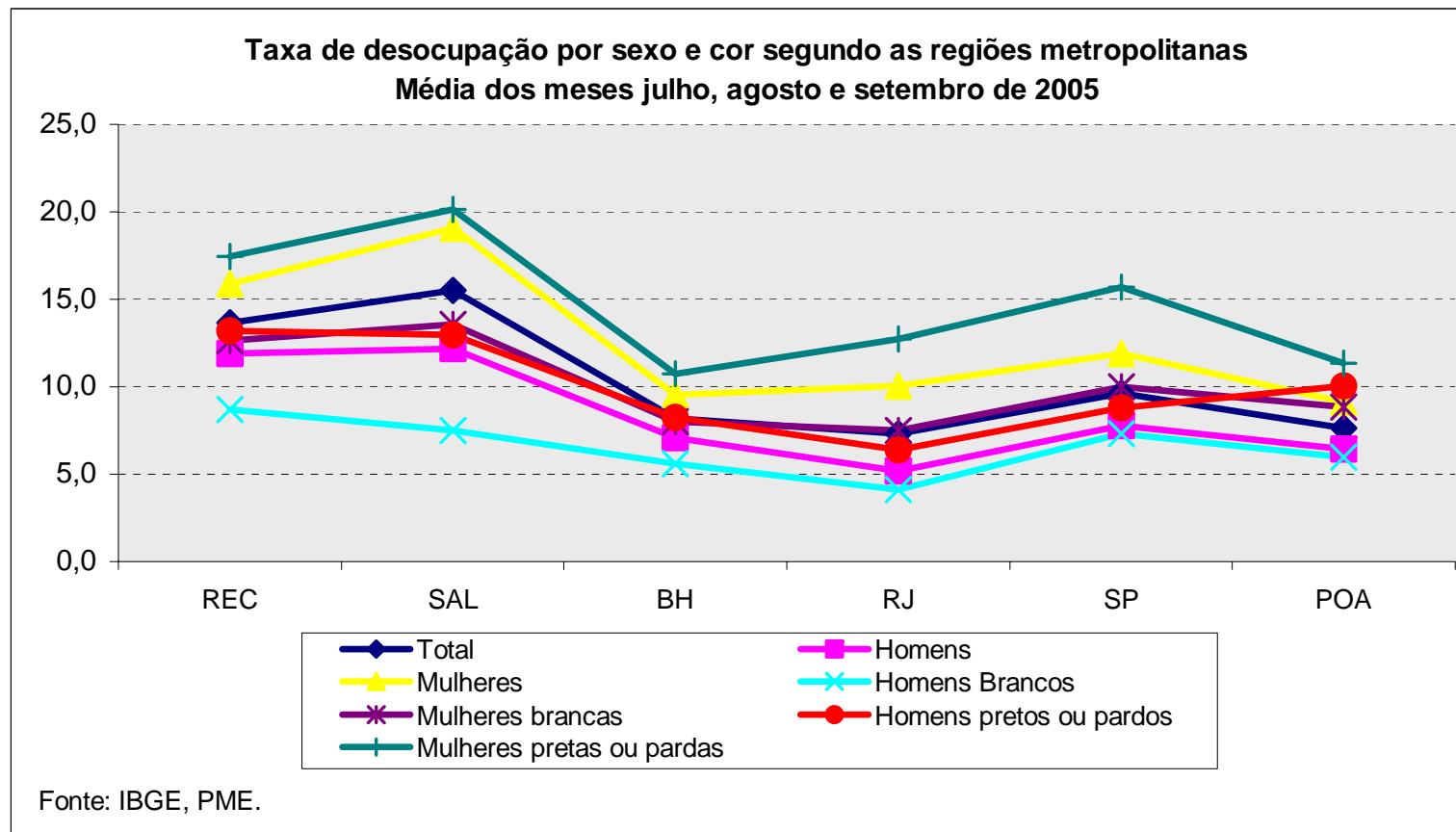


Gráfico 16

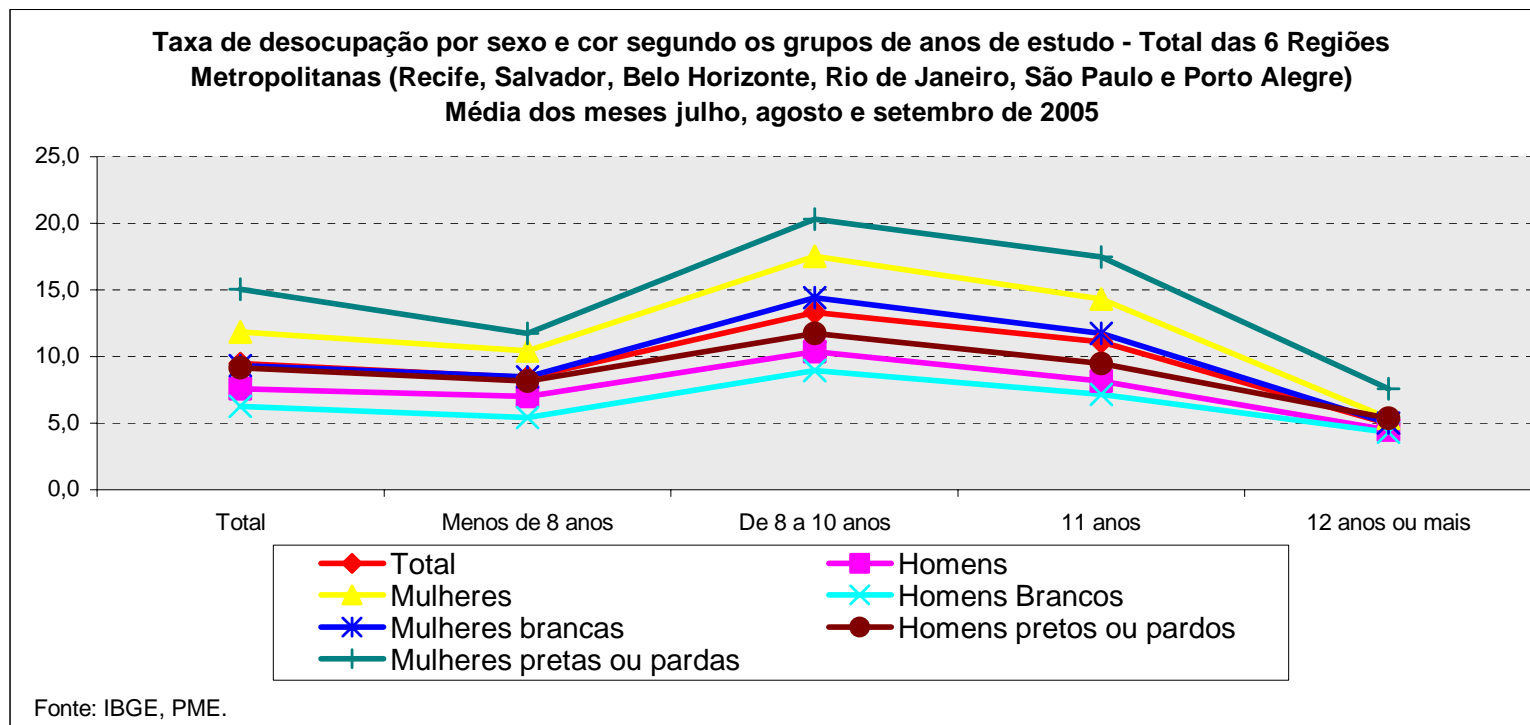


Gráfico 17

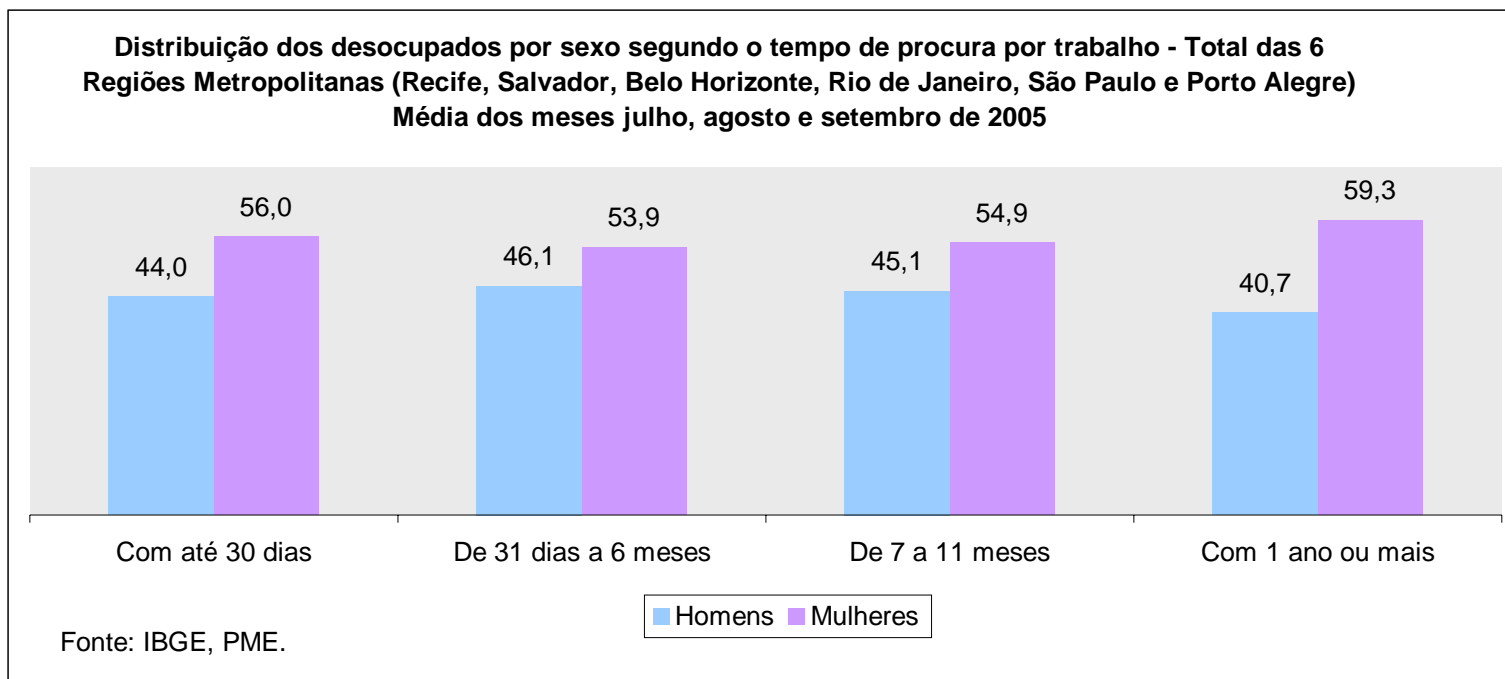


Gráfico 18

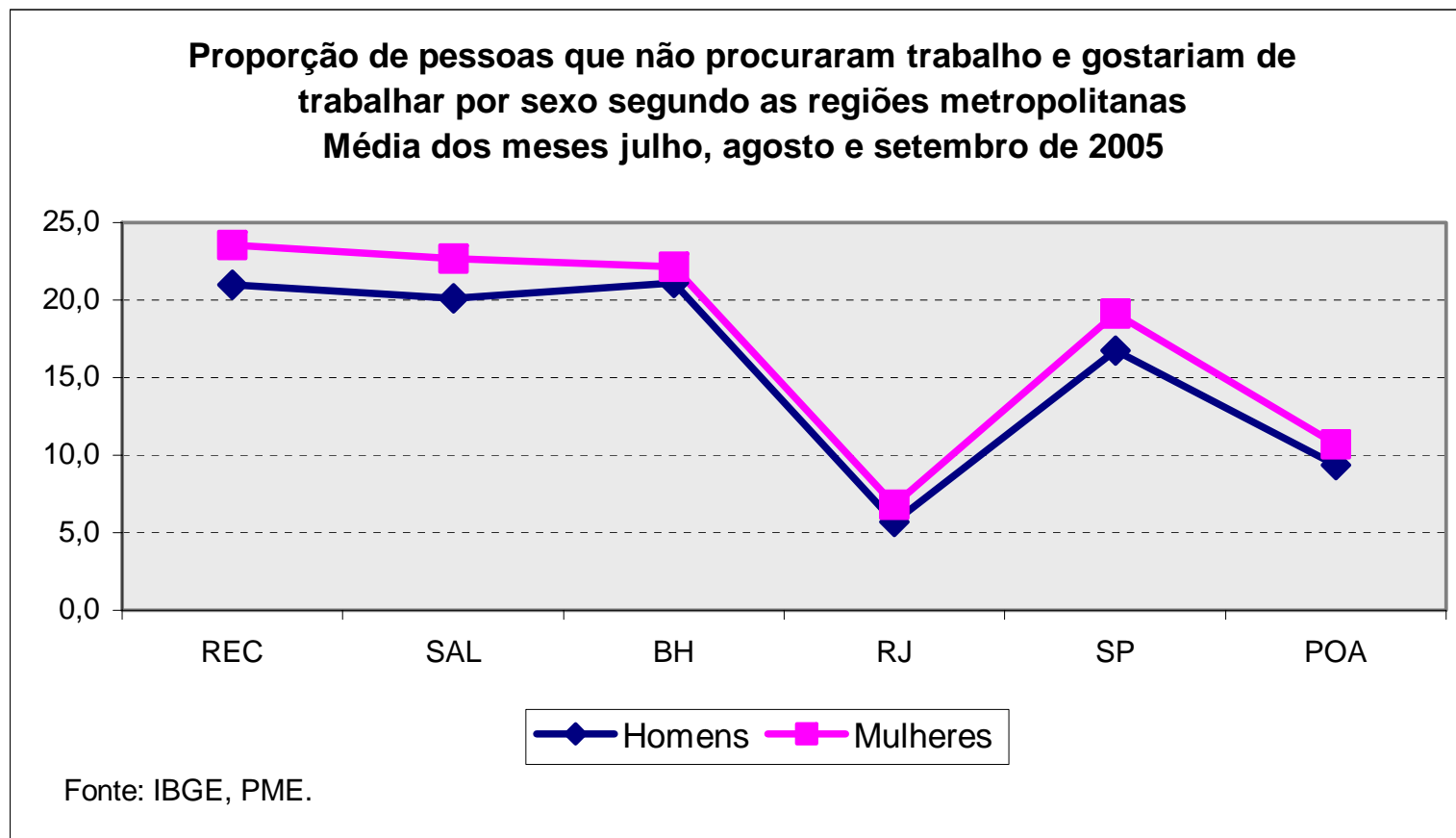


Gráfico 19

Algumas características da população por sexo - Total das 6 Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)
Média dos meses julho, agosto e setembro de 2005

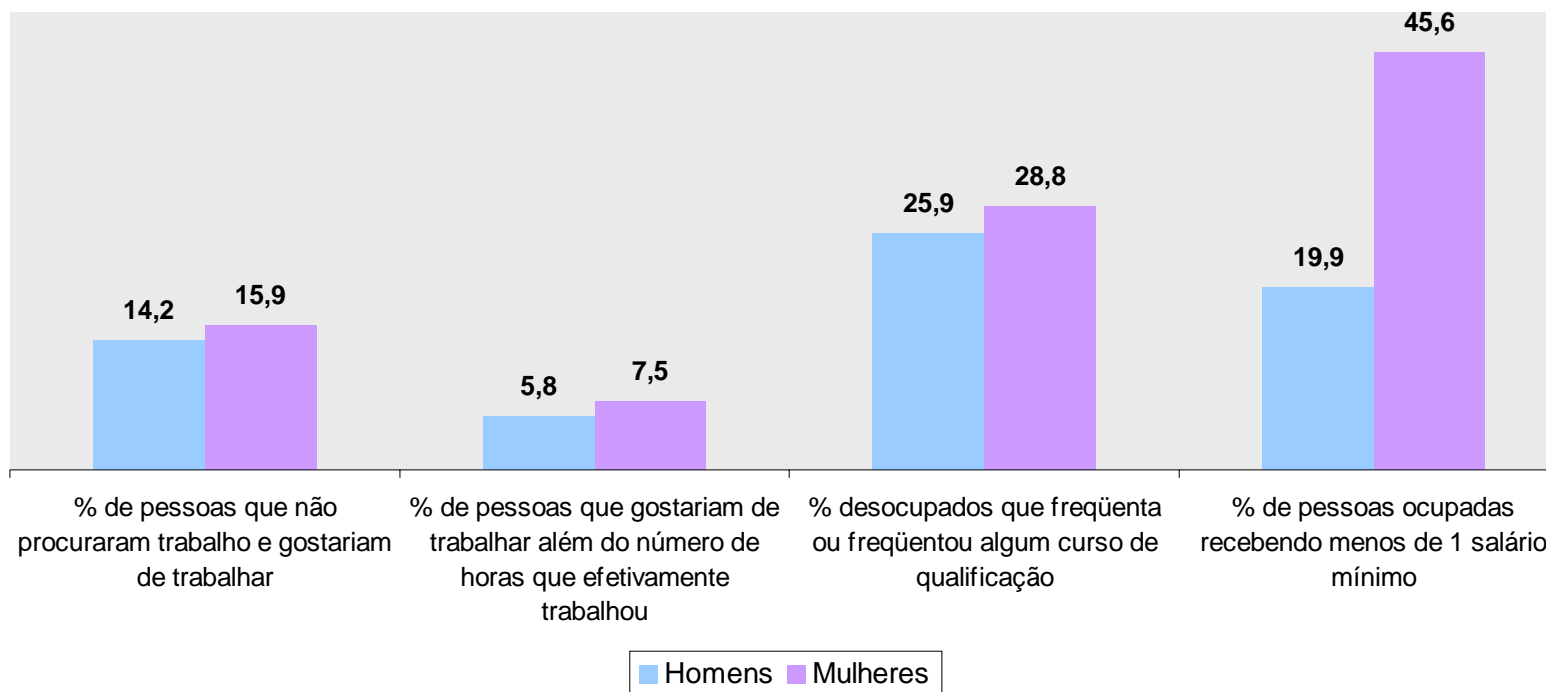


Gráfico 20

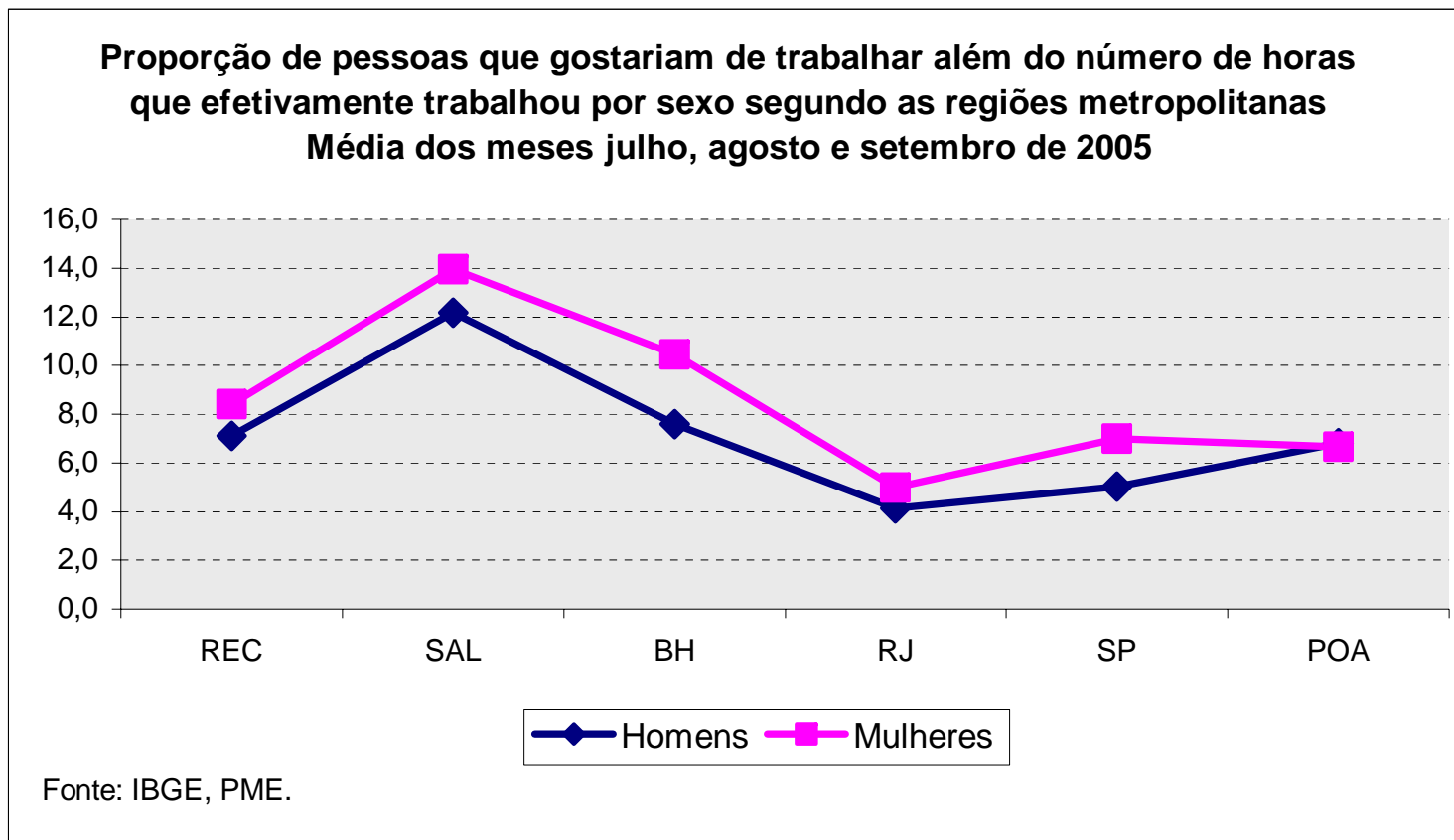


Gráfico 21

